

“Portugal and the Allies”: os Britânicos e a Participação de Portugal na Primeira Grande Guerra

Gabriela Gândara Terenas¹

Resumo

Desde cedo se percebeu que a eventual intervenção de Portugal na Primeira Grande Guerra iria originar sérias polémicas tanto no plano interno como no tocante às relações exteriores. O presente artigo visa debruçar-se sobretudo nos problemas externos, os quais se prendiam com contendas com a Grã-Bretanha que remontavam à política de tratados iniciada logo após o Ultimatum de Janeiro de 1890. Se, por um lado, o sentimento de hostilidade para com a Alemanha era generalizado, por outro, alguns observadores políticos tinham dúvidas quanto à posição que Portugal deveria adoptar face ao conflito na

¹ Gabriela Gândara Terenas é docente e membro da Comissão Executiva do Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde tem leccionado várias cadeiras de licenciatura e seminários de mestrado em diferentes áreas, como Estudos Anglo-Portugueses, Teoria(s) da Cultura, História de Inglaterra ou Cultura Inglesa. Especializou-se em Estudos Anglo-Portugueses, área em que tem desenvolvido vários trabalhos, nomeadamente a tese de doutoramento intitulada *Diagnoses Especulares: Imagens da Grã-Bretanha na Imprensa Periódica Portuguesa (1865-1890)*, 3 volumes (2004). Tem mais de quarenta trabalhos publicados no âmbito das relações luso-britânicas, entre os quais se destacam os livros *O Portugal da Guerra Peninsular. A Visão dos Militares Britânicos (1808-1812)* (2ª edição: 2010) e *Entre a História e a Ficção: as Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas* (2012). É directora da *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*.

Europa: a beligerância activa ou a neutralidade expectante? Em qualquer caso, tornava-se óbvio que a política externa da República se encontrava totalmente dependente de Londres. Neste contexto, a comunicação proposta centrar-se-á na análise e na discussão de testemunhos de intelectuais britânicos que apresentaram as suas curiosas posições face à entrada na Guerra do “pequeno aliado”, Portugal, ao lado da “todo-poderosa” Grã-Bretanha.

Palavras-Chave: Primeira Grande Guerra, Grã-Bretanha, Portugal, Política Externa

Abstract

It soon became apparent that Portugal’s proposed participation in World War I would lead to serious debates both at home and abroad. The present article deals, primarily, with external issues linked to the rivalry with Great Britain which can be traced back to the treaty policy launched in the wake of the Ultimatum of January 1890. Although hostility towards Germany was widespread, certain political observers were unsure as to the best option for Portugal in the European conflict: active belligerence or expectant neutrality? In any event it was evident that that the foreign policy of the Republic was entirely dependent on London. The paper will focus on the analysis and discussion of the testimony of certain British intellectuals who expressed curious positions regarding the participation of their “little ally” Portugal at the side of an “all-powerful” Britain.

Keywords: World War I, Great Britain, Portugal, External Issues.

Introdução

Desde cedo se percebeu que a eventual intervenção de Portugal na Primeira Grande Guerra iria originar sérias polémicas tanto no plano interno como no tocante às relações exteriores. A presente comunicação visa debruçar-se sobretudo nos problemas externos, os quais se prendiam com contendas com a Grã-Bretanha que remontavam à política de tratados iniciada logo após o *Ultimatum* de Janeiro de 1890², e que se agudizaram com a campanha levado a cabo na imprensa britânica a propósito dos presos políticos³.

Desde logo, a entrada de Portugal na Grande Guerra, ao lado da Grã-Bretanha, teve como objectivo fundamental garantir a segurança das colónias, uma vez que, à época, se sabia da existência de contactos nesse sentido entre aquela grande potência e a Alemanha. Em Fevereiro de 1913 tornaram-se conhecidas as conversações havidas entre Londres e Berlim em que, reafirmando as cláusulas do Tratado de 1898⁴, se colocava a possibilidade de partilha dos territórios

² Entre 1890 e 1914, Portugal e Grã-Bretanha estabeleceram cerca de dez tratados, a maioria deles com o intuito de delimitar as esferas de interesses dos dois países aliados em África.

³ Durante o ano de 1913 e o início de 1914, a imprensa britânica, ligada à campanha humanitária chefiada pela Duquesa de Bedford, exerceu uma pressão violenta sobre o Governo de Afonso Costa, relacionada justamente com os presos políticos. Iniciada pelos artigos críticos publicados pelo lusitanista Aubrey Bell em *The Morning Post* de Londres, entre 1911 e 1912, a campanha atingiu o seu ponto máximo com as revelações da Duquesa nos artigos publicados em 1913 em *The Times* (5 de Abril) e no *Daily Mail* (7 de Abril). Estas revelações decorriam, em grande medida, das visitas realizadas por Adeline às prisões portuguesas, nomeadamente ao Aljube e à Penitenciária de Lisboa, a partir de 19 de Março de 1913. De regresso a Inglaterra, a Duquesa de Bedford rapidamente organizou a sua violenta campanha em defesa dos presos políticos em Portugal.

⁴ A crise nas relações luso-britânicas culminou, em certa medida, no acordo anglo-germânico de 30 de Agosto de 1898. Aproveitando a possibilidade de Portugal vir a contrair um avultado empréstimo, disponibilizado tanto por Londres como por Berlim, a Grã-Bretanha e a Alemanha celebraram um acordo

portugueses em África. Assim, ainda nesse mês, desmentiam-se, em Londres, por nota oficiosa, os rumores de que a Grã-Bretanha e a Alemanha haviam chegado a acordo acerca da divisão das colónias portuguesas em África.

Por outro lado, a campanha levada a cabo na imprensa britânica, sob o alto patrocínio da Duquesa de Bedford, veiculou uma imagem extremamente negativa da nova República, sobretudo entre 1912 e 1914, justamente durante os anos que antecederam o deflagrar a Primeira Grande Guerra. Portugal surgia, assim, na imprensa estrangeira do período pré-guerra como um reino de terror, com igrejas fechadas, malfeitores à solta, ministros sanguinários e monárquicos inocentes encarcerados em cadeias imundas⁵. Criticando de forma hostil o ataque feito pela jovem República aos monárquicos e à Igreja⁶, jornais como *The Morning Post* (cujo redactor-correspondente em Portugal era Aubrey Bell), *The Contemporary Review*, *The Daily Mail*, *The Times* ou *The Spectator*, entre muitos outros, veiculavam opiniões contra os portugueses

estipulando os termos do auxílio. Numa cláusula secreta anexa, o tratado previa a divisão das colónias portuguesas na África austral entre as duas potências europeias, no caso de Portugal não conseguir pagar a dívida e, portanto, de querer vender as colónias. Assim, os alemães ficariam com as regiões ao Norte do Zambeze, o Sul de Angola e ainda Timor. Os ingleses, por seu turno, ficariam com a baía de Lourenço Marques (Delagoa Bay) e a parte Norte de Angola.

⁵ De facto, após as incursões monárquicas chefiadas por Paiva Couceiro, o Governo ordenou inúmeras prisões, julgamentos e detenções de conspiradores (reais ou imaginários). Num ano, a República prendeu cerca de três mil e quinhentos indivíduos suspeitos de serem monárquicos e levou cerca de dois mil ao exílio. Quando feitos prisioneiros em locais públicos, os suspeitos sujeitavam-se a insultos e a actos de violência, praticados por militantes republicanos, perante a indiferença da polícia.

⁶ Cf. Wheeler, 1978: 87; e Ramos, 2001: 400.

regicidas e radicais, noticiavam as prisões e criticavam ferozmente o novo Regime.

Assim, enquanto os republicanos, embora divididos⁷, desejavam juntar-se ao esforço de guerra, a Inglaterra teve muitas reservas em aceitar esse contributo, da mesma forma, aliás, que tinha demorado a reconhecer o novo Regime ⁸. De facto, se, por um lado, o sentimento de hostilidade para com a Alemanha era generalizado, por outro, alguns observadores políticos tinham dúvidas quanto à posição que Portugal deveria adoptar face ao conflito na Europa: a beligerância activa ou a neutralidade expectante? A proximidade alemã a Sul de Angola e ao Norte de Moçambique aconselhava a intervenção, mas o Governo português também tinha consciência dos

⁷ Recorde-se, a propósito, que em Portugal não houve unanimidade, nem dentro nem fora do Parlamento, acerca das formas de acautelar o interesse nacional. Como se sabe, os Democráticos e, de um modo geral, a esquerda e a intelectualidade republicana (Afonso Costa, Norton de Matos, João Chagas, Jaime Cortesão ou Raul Proença, por exemplo), alguma reunida em torno de Teixeira de Pascoais e da revista *A Águia*, defendiam uma presença activa do país na Guerra, vendo nessa participação uma oportunidade de Portugal afirmar a sua autonomia e abandonar definitivamente o estatuto de “protectorado” britânico. Os membros do Partido Evolucionista, chefiados por António José de Almeida, tendiam a seguir a política britânica, enquanto os Unionistas de Brito Camacho inclinavam-se mais para a abstenção de Portugal face ao conflito europeu. Por seu turno, os monárquicos portugueses iniciaram a sua propaganda anti-guerra e alguns deles, parecendo dispostos a continuar a conspirar contra a República, viriam, a ocupar a Escola Prática de Infantaria, em Mafra, declarando-se contra a intervenção na Guerra.

⁸ Contrariamente às expectativas dos revolucionários, a República foi recebida com alguma frieza e, não raro, hostilidade por parte da opinião pública e do Governo britânicos. De facto, o reconhecimento oficial (*de jure*) da República por parte de Inglaterra constituiu um processo difícil e complexo, que se arrastou por quase um ano, tendo Londres condicionado a sua decisão a múltiplas exigências, o que a foi sucessivamente adiando. Assim, apenas em 11 de Setembro de 1911, quase um ano depois da instauração do novo Regime, o representante diplomático inglês comunicou ao chefe do primeiro Governo constitucional, João Chagas, que Londres ia reconhecer oficialmente a República.

sacrifícios a que essa opção daria lugar. Deste modo, ainda que vagamente, ia-se afirmando que Portugal não faltaria aos seus compromissos internacionais, com particular atenção à aliança com a Grã-Bretanha, enquanto, por seu turno, o Governo inglês assegurava a protecção das possessões coloniais portuguesas em caso de ataque alemão (Ramos, 2001: 432, 434 e Serrão, 2003, vol. XI: 149-150).

Entretanto, porventura em consequência da campanha da Duquesa, no início de 1914, e com a subida ao poder de Bernardino Machado, o Governo promulgou finalmente o Decreto de Amnistia para os presos políticos, exceptuando-se, contudo, os autores de crimes bombistas e de outros praticados por sectores fiéis à monarquia. Por decreto de 20 de Abril do ano seguinte (1915), durante a vigência do Governo de Pimenta de Castro, todos os presos políticos foram amnistiados. Portanto, desde as vésperas do início da Guerra que Portugal começava a tentar melhorar a sua imagem no estrangeiro, em geral, e na Grã-Bretanha, em particular.

Neste complexo e intrincado contexto, tornava-se cada vez mais óbvio que a política externa da República, nomeadamente a sua participação no conflito mundial, se encontrava totalmente dependente de Londres. Interessa-nos, assim, centrarmo-nos agora na análise e na discussão de testemunhos de alguns intelectuais britânicos que apresentaram, sob a forma de notas diplomáticas, estudos de cariz historiográfico sobre país, artigos jornalísticos ou panfletários as suas curiosas posições face à entrada na Guerra do “pequeno aliado”, Portugal, ao lado da “todo-poderosa” Grã-Bretanha. Neste artigo, iremos centrar-nos em quatro exemplos que considerámos paradigmáticos. Dois claramente contra a participação do nosso país na Guerra – protagonizados por Douglas Carnegie e Aubrey Bell – e outros dois a favor da participação de Portugal no conflito: George Young e A.G. Loraine. Começemos pelos dois anti-guerristas.

1. Anti-Guerristas ou Anti-Republicanos?

A opinião de *Sir Lancelot Douglas Carnegie* (1861-1933)⁹, adido militar inglês em Lisboa, que substituíra *Sir Arthur Hardinge*¹⁰ em finais de 1913, encontra-se claramente expressa no chamado “Memorandum de Young”, de 8 de Outubro de 1914, existente no Foreign Office, e na correspondência trocada entre este e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros britânicos, *Sir Edward Grey*, durante o mesmo ano¹¹. Assim, durante o período que antecedeu a entrada de Portugal na Guerra, Douglas Carnegie confirmou várias vezes que tinha sérias e bem justificadas dúvidas quanto à eficiência das tropas lusas e, portanto, à possibilidade de o país enviar homens para combater em França¹². No referido *memorandum* informava o Foreign Office de que o Exército português era uma organização mais de cariz político do propriamente militar e insistia em alarmar Londres com o estado deplorável da infantaria portuguesa. Esta, “comandada por oficiais descontentes com o Governo republicano”, estaria mal treinada e infestada de doenças altamente contagiosas, como, por exemplo, a cólera. A conjugação destas circunstâncias poderia, a seu ver, tornar a presença de tropas portuguesas na Frente Ocidental numa verdadeira calamidade (Ramos, 2001: 438). Em 15 de Julho de 1915, Carnegie, numa outra nota diplomática enviada a Grey, temia que, e não obstante o desejo expresso pelas autoridades portuguesas de o país entrar na Guerra ao lado da Grã-Bretanha, se

⁹ Em 1925, *Sir Lancelot Douglas Carnegie* viria a ser nomeado Embaixador e Ministro Plenipotenciário da Grã-Bretanha em Portugal.

¹⁰ Nas suas memórias, o Ministro da delegação britânica, *Sir Arthur Hardinge*, mostrando a sua grande hostilidade face à República, referia que as hordas vermelhas de Lisboa e do Porto infligiam verdadeiras brutalidades aos prisioneiros monárquicos que, no final de Maio de 1812, se deslocavam em carretas a caminho da prisão ou do tribunal. (Hardinge, 1927:241)

¹¹ Cf. Meneses e Oliveira, 2011: 101-102.

¹² Cf. Vincent-Smith, 1975: 96.

Portugal se envolvesse no conflito pudesse, mais tarde, vir a fazer “very inconvenient demands for more territory” (Vincent-Smith, 1971: 299). Carnegie parecia, assim, ter uma ideia bastante clara da incapacidade de Portugal desempenhar um papel importante na Guerra, das limitações dos seus recursos e dos perigos políticos que podiam daí advir.

Por seu turno, no capítulo XIII de *Portugal of the Portuguese* (1915)¹³, intitulado “Great Britain and Portugal”, Aubrey Fitz Gerald Bell (1881-1950)¹⁴, fazendo eco da opinião de outros jornalistas britânicos, como por exemplo Francis McCullagh, Mackenzie Bell, E.M. Tenison ou Philip Gibbs, referia-se à fragilidade da Marinha e do Exército portugueses e, ainda, ao eventual perigo de a Espanha vir a conquistar Portugal, nos seguintes termos: “The weakness of Portugal’s army and her defences, and the practical non-existence of her navy are perfectly well known and Spain could easily conquer Portugal where she minded” (Bell, 1915: 217). Mais tarde, num artigo publicado no periódico *The Contemporary Review*, Bell considerava que o país, do ponto de vista social, se encontrava completamente desorganizado, que a população era extremamente ignorante (1917:

¹³ Integrado numa colecção de guias de viagem intitulada “Countries and Peoples Series”, *Portugal of the Portuguese* é uma espécie de compêndio ou guia minucioso e exaustivo dedicado ao viajante interessado em percorrer Portugal e conhecê-lo em profundidade. (Canaveira e Evans, 2010: 232)

¹⁴ Lusófilo, hispanista, poeta, crítico literário, bibliógrafo e tradutor, Aubrey Bell foi, a par de Edgar Prestage, um dos mais eminentes especialistas britânicos no domínio da literatura e da cultura portuguesas, da primeira metade do século XX, e um dos mais prolíficos divulgadores das nossas letras além-Mancha. Em 1911, Bell fixou-se na localidade de Manique de Baixo, em S. João do Estoril, tendo permanecido em Portugal até 1940. Durante esse período de trinta anos, o lusitanista visitou o nosso país e aprofundou os seus conhecimentos sobre as culturas peninsulares, facto que ficou testemunhado nas obras que dedicou a Portugal – *In Portugal* (1912) e *Portugal of the Portuguese* (1915) – (Canaveira e Evans, 2010: 227-228), tendo ainda enviado regularmente notícias sobre os acontecimentos vividos em Portugal para os jornais londrinos.

38) e colocava na "boca" do pequeno e frágil Portugal as seguintes palavras: "I am willing and eager to take the side of the Allies, but years of internal upheaval have so weakened me that I am totally unable to do so. I am perfectly unprepared for the war, my fleet and my army inadequate, and my treasure is empty" (Bell, 1917: 37).

As opiniões dos dois intelectuais britânicos faziam eco, em grande medida, por um lado de um Documento secreto do Almirantado, de 1912, e, por outro, (no caso de Bell) das relações diplomáticas entre Londres e Madrid no período pré-guerra.

De facto, o referido Documento, ao reavaliar o valor estratégico da jovem República, declarava o país inútil como aliado num conflito europeu de grandes dimensões, sugerindo, até, que a sua intervenção poderia constituir uma desvantagem para a Grã-Bretanha, pois os portugueses não tinham quaisquer meios para se defender: o Exército, a Marinha e o Tesouro eram considerados irrelevantes, e os territórios da metrópole e das colónias apenas poderiam ter algum valor estratégico para Berlim, mas não para Londres. Para além disso, dadas as dificuldades financeiras que a República enfrentava, a Grã-Bretanha receava ter de suportar as despesas da intervenção lusa. O ideal, portanto, da perspectiva britânica, seria manter Portugal neutro (Meneses e Oliveira, 2011: 100-101), pois, caso contrário, o país arriscava-se, até, a tornar-se, eventualmente, uma ameaça para Inglaterra, sobretudo se a Alemanha se apossasse de territórios portugueses em África e os transformasse em bases contra a Grã-Bretanha.

Por outro lado, as palavras de Bell denotavam que a Inglaterra temia complicações diplomáticas com Espanha, que, como se sabe, tinha ambições face ao território português. Recorde-se, a propósito, que o Rei de Espanha, Alfonso XIII não havia encarado de bom grado a implantação de uma república no país vizinho, considerando a

hipótese de vir a tentar alguma manobra invasiva, mas contando com o apoio de Inglaterra. Os monárquicos portugueses chegaram inclusive a receber ajuda das autoridades da Galiza e um certo apoio de Alfonso XIII¹⁵. Portanto, por um lado, um apoio oficial, por parte de Londres, às pretensões dos republicanos poderia causar perturbações diplomáticas com Madrid, que o Foreign Office, em período de pré-guerra decerto não desejaria. Por outro, uma Península Ibérica unida e porventura germanófila também não convinha à *Entente*.

O lusitanista britânico temia, ainda, que a aliança dos dois países na Grande Guerra tivesse consequências idênticas às da Guerra Peninsular, ocorrida cerca de um século atrás, quando tropas portuguesas e inglesas se haviam batido, lado a lado, contra o jugo francês: um terrível sentimento de anglofobia (Bell, 1917: 41) partilhado por aqueles cujo pensamento estaria na génese da Revolução republicana.

Várias poderão ter sido as razões que levaram Carnegie e Bell a posicionarem-se contra a entrada de Portugal na Guerra. Embora Carnegie não fosse tão radicalmente anti-republicano como o seu antecessor Hardinge¹⁶ ou até como seu conterrâneo Aubrey Bell, cujas opiniões considerou por vezes erróneas e excessivas (Vincent-Smith, 1975: 77), não teria decerto ficado impune à influência da opinião

¹⁵ Deve notar-se que no seio da Corte espanhola, havia várias pessoas (a começar pela Mãe do Monarca), nomeadamente oficiais de maior graduação militar, que desejavam ajudar os monárquicos portugueses a restaurar a monarquia. Porém, talvez com a única excepção do Rei, quase nenhum deles estava disposto a considerar seriamente uma intervenção militar espanhola. Num banquete oficial, realizado em 31 de Dezembro de 1910, Alfonso XIII chegara a dizer aos representantes diplomáticos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos que a Espanha, em defesa própria, teria, em breve, de intervir para restaurar a ordem em Portugal. Esta atitude levou as autoridades portuguesas a mostrarem-se justificadamente apreensivas face ao auxílio da Espanha e à simpatia desta pelas conspirações monárquicas. Cf. Wheeler, 1978: 107.

¹⁶ Cf. Teixeira, 1996: 320.

pública britânica relativamente ao novo Regime instituído em Portugal. Conservador, não simpatizante da República, claramente marcado pelas recentes polémicas em torno dos presos políticos e influenciado pela eficaz propaganda levada a cabo pela Duquesa de Bedford, para a qual, aliás, contribuiu de forma decisiva, Bell posicionou-se, como seria de esperar, contra a opinião dos republicanos mais radicais, representados pelo partido Democrático.

O mesmo não verificou, todavia, com os testemunhos de dois outros intelectuais britânicos: o progressista George Young e o sidonista A.G. Loraine.

2. Intervencionistas ou Simpatizantes do Novo Regime? Young e Loraine

Na obra *Portugal Old and Young. An Historical Study* (1917)¹⁷, mais precisamente no primeiro capítulo, intitulado “Portugal and the War”, George Young¹⁸, ao discutir as causas que teriam levado

¹⁷ Trata-se de um estudo sobre a história antiga e moderna de Portugal, com o qual o autor visa um melhor entendimento, por parte dos ingleses, do país aliado. A obra não se limita, contudo, a um registo de cariz meramente historiográfico, pois George Young apresenta-nos uma perspectiva progressista, ou seja, uma história contada à luz da luta entre as “forças de progresso” e as “forças conservadoras” que, no seu entender, haviam marcado, desde sempre, o destino do país. Contrariamente a Aubrey Bell, por exemplo, ou à opinião pública britânica, em geral, Young não acreditava no futuro da Monarquia e via na República a esperança da construção de um Portugal novo e moderno, o advento de um renascimento nacional (Canaveira e Evans, 2010: 268-272).

¹⁸ Diplomata, jornalista e escritor, George Young (1872-1952) desempenhou o cargo de Primeiro Secretário da Legação britânica em Lisboa, entre 1914 e 1915, ano em os seus serviços como diplomata foram dispensados. Desde essa altura dedicou-se à organização, em Londres, de uma Secção de Serviços Secretos do Almirantado, colaborando também na imprensa periódica. Depois da Guerra foi nomeado Professor de Português na Universidade de Londres. De entre as suas

Portugal a entrar na Guerra, defendia o seguinte: “Portugal is at war because the instinct both of national self-preservation and of national progress indicated that war on our side was the policy required by the national interest and by the national ideal.” (Young, 1917: 5). Com esta afirmação, Young ia ao encontro das posições dos guerristas portugueses, os quais, entre outros aspectos¹⁹, viam na entrada de Portugal na Guerra a possibilidade de afirmar a sua nova identidade nacional e, portanto, mudar a imagem algo negativa (veiculada pela imprensa estrangeira) que a Europa formara da República, restabelecendo, assim, a boa reputação do novo Portugal ante os aliados. Nos capítulos 6 e 7, intitulados respectivamente “Young Portugal” e “Portugal at Peace”, George Young, um entusiasta da nova República portuguesa, sublinhava a enorme importância que teria tido a opção pela intervenção, no contexto das relações anglo-portuguesas, em geral, e no âmbito da consolidação da secular aliança luso-britânica, em particular. Assim, quando o Corpo Expedicionário Português estaria prestes a desembarcar em França – “as these words are written the long-delayed Portuguese division is landing in France” (300) –, Young sublinhava o inestimável apoio dado por Portugal à Inglaterra no combate a um inimigo terrível. Recordando que o país acabara de sair de uma Revolução, Young elogiava a coragem e a determinação dos portugueses em alterar o Regime e a disponibilidade em ajudar a sua velha aliada a combater no grande conflito mundial. Aos olhos do autor, Portugal surgia como um grande país, um exemplo a seguir pela Grã-Bretanha, a qual ainda tinha muito

obras publicadas deve destacar-se (para além do estudo em apreço) o seu primeiro livro sobre Portugal, dedicado “ao mais antigo e fiel aliado da Inglaterra”) e publicado em 1916 sob o título *Portugal: An Anthology. Edited with English Versions* (Canaveira e Evans, 2010: 265-266).

¹⁹ Entre estes deve referir-se, o desejo do Governo português de preservar as colónias ultramarinas, participando no futuro em eventuais conferências de paz, onde necessariamente se iriam distribuir territórios aos vencedores.

a fazer para ser digna de uma aliança com um povo que havia dado (com a implantação da República) e continuava a dar (com a entrada na Guerra) provas de grande heroísmo e coragem:

“(…) in future this recital by our most formidable foe of the aid and comfort given us by Portugal will serve as a worthy record of the most ancient alliance in modern history between two free peoples. May it remind us also that (...) we on our part have much to do before we are worthy of alliance with a people who have known how to fight for their own freedom while fighting for that of the others.” (Young, 1917: 300)

E, mais adiante, no início do capítulo 7, “Portugal and the Peace”, o progressista Young defendia que, ao entrar na Guerra, a República Portuguesa conseguia o reconhecimento, por parte da Grã-Bretanha, não só do seu direito de representar um novo Portugal, mas também o de, no futuro, colaborar numa nova Europa (Young, 1917: 302). Ora, sabemos que, por um lado, o resultado da entrada de Portugal na Guerra foi indiscutivelmente desastroso justamente sob o ponto de vista humano atrás evocado. Basta, para tal, lembrar o número de mortes na batalha de La Lys ocorrida não muito tempo depois da chegada do CEP ao teatro de operações. Por outro lado, é discutível o facto de a Grã-Bretanha ter reconhecido verdadeiramente à República o estatuto de um Portugal novo ou se, pelo contrário, o respeito pelo país só foi totalmente recuperado muito mais tarde, não tendo decorrido directamente da sua participação na Primeira Grande Guerra. A este propósito é curioso notar que estudos relativamente recentes, publicados na Grã-Bretanha, defendem que com a entrada na Guerra, Portugal não conseguiu, como desejava, o seu reconhecimento internacional, o qual, aliás, só viria a ser conseguido por Oliveira Salazar durante o Estado Novo²⁰. Embora esta opinião seja discutível, parece-nos, contudo, que o entusiasmo guerrista de Young decorreria muito mais da sua visão do novo regime político instaurado em

²⁰ Cf., por exemplo, Meneses, 2004.

Portugal do que propriamente de uma consciência clara do que poderia representar a actuação no terreno do Corpo Expedicionário Português ou até a participação do país nas Conferências de Paz.

A.G. Loraine, um intelectual britânico acerca de quem pouco se sabe, mas que Eva M. Tenison²¹ assevera ter conhecido Portugal e ser profundamente versado na literatura e na história do país (Tenison, 1918: 6), mostrou-se favorável à participação de Portugal no conflito. Embora o seu panfleto, intitulado *Portugal and the Allies*, tenha sido escrito no início de 1918 e, portanto, objectivamente seja um documento já contemporâneo da Guerra, optámos por o seleccionar devido ao facto de a posição do autor face à entrada de Portugal no conflito mundial se revelar muito mais antecipadora de que poderia vir a ser a participação do CEP na Frente Ocidental do que conclusiva em relação à mesma. De facto, Loraine mostrava-se bastante entusiasmado com a presença de soldados portugueses em França, afirmando mesmo que não existia qualquer razão para duvidar, nem por um momento, de que os quadros do Corpo Expedicionário deveriam ser completados: “The soldiers leaving Portugal for France now are leaving in better spirits (...). There is no reason to believe for a moment that the Portuguese army in France will not be kept up to its full number, and perhaps slighted increased.” (Loraine, 1918: 16-17).

Ora, sabemos que não só aqueles quadros nunca haveriam de ser completados, mas também que pouco tempo depois de Loraine ter escrito estas entusiásticas linhas, mais precisamente no início de Abril desse ano, o CEP deixaria de existir, pois a 1ª divisão seria enviada

²¹ Secretária honorária do *British Protest Committee*, Eva Mabel Tenison (1880-1961) acompanhou a Duquesa de Bedford na viagem que esta empreendeu a Portugal. Compilou e publicou, sob o título *Portuguese Political Prisoners. A British National Protest* (London, L. Upcott Gill & Son, Ltd., 1913), os discursos proferidos num comício de protesto (*meeting*) que teve lugar no dia 22 de Abril de 1913, no AEolian Hall, em Londres.

para a reserva e a 2^a ficaria subordinada ao 11^o Corpo do Exército Britânico, sob as ordens do General Hacking, 2^a divisão essa que seria destruída no decurso da batalha de La Lys, em 9 de Abril. No dia seguinte, o antigo Corpo de Artilharia Independente (CAPI) partiria para a Grã-Bretanha para receber instrução militar. Neste contexto, como explicar o optimismo de Loraine face à participação de Portugal na Guerra? Lendo o panfleto. De facto, o texto de Loraine, não por acaso prefaciado pela Secretária do British Protest Committee, demonstra sobretudo o entusiasmo do autor face à subida ao poder de Sidónio Pais que foi visto pelos grandes críticos britânicos dos Democratas como uma espécie de “anjo salvador” da pátria portuguesa. Sidónio representava, para a intelectualidade britânica, a possibilidade de o país se libertar do “bando de formigas brancas e de conspiradores carbonários”, os quais, depois de terem assassinado o Rei D. Carlos e “o jovem promissor” Príncipe Luís Filipe, se haviam apoderado do poder, em 1910, contra a vontade da nação, haviam acabado com a religião de Portugal e colocado em causa as boas relações com a velha aliada (Loraine, 1918: 8) e, ainda, como prefaciava Tenison, instituído um reino de terror que, em 1912, enchera as cadeias com presos políticos, condenados por sentenças que no regime monárquico estavam reservadas aos assassinos (Tenison, 1918: 4).

Reflexões Finais

Com o passar do tempo que mediou entre o deflagrar do conflito mundial e o envio do Corpo Expedicionário Português para a Flandres, foi-se tornando evidente que a Grã-Bretanha não era propriamente contra a entrada de Portugal na Guerra, como tudo levaria a crer, mas, antes, a favor de uma participação do seu “pequeno

aliado” nas condições por ela própria estabelecidas. Os autores estudados não representam, portanto, posições denotativas de qualquer polémica existente no seio da intelectualidade ou da opinião pública britânicas (como acontecera em Portugal²²), mas evidenciam, antes, a nosso ver, uma determinada imagem que foram construindo do Portugal republicano. Consideramos, portanto, que essas posições se encontravam, em grande medida, articuladas com as imagens que foram sendo formadas a propósito dos presos políticos e da campanha da Duquesa de Bedford. Tais representações, por seu turno, dependeram de sensibilidades, ideologias e percepções individuais: os conservadores e anti-republicanos, como Aubrey Bell e, porventura em menor grau, Douglas Carnegie mostraram-se hostis face à República e, portanto, às decisões ou opções dos seus representantes mais radicais. Basta ler a obra *Portugal of the Portuguese* (1915) ou até determinados excertos de *Portugal* (1912) para se perceber a forte animosidade que Bell nutria contra os republicanos. George Young, progressista e entusiasta do novo Regime, foi (talvez por isso mesmo) banido da carreira diplomática, tendo visto com muito bons olhos a

²² Recorde-se, a propósito, que em Portugal não houve unanimidade, nem dentro nem fora do Parlamento, acerca das formas de acautelar o interesse nacional. Como se sabe, os Democráticos e, de um modo geral, a esquerda e a intelectualidade republicana (Afonso Costa, Norton de Matos, João Chagas, Jaime Cortesão ou Raul Proença, por exemplo), alguma reunida em torno de Teixeira de Pascoais e da revista *A Águia*, defendiam uma presença activa do país na Guerra, vendo nessa participação uma oportunidade de Portugal afirmar a sua autonomia e abandonar definitivamente o estatuto de “protectorado” britânico. Os membros do Partido Evolucionista, chefiados por António José de Almeida, tendiam a seguir a política britânica, enquanto os Unionistas de Brito Camacho inclinavam-se mais para a abstenção de Portugal face ao conflito europeu. Por seu turno, os monárquicos portugueses iniciaram a sua propaganda anti-guerra e alguns deles, parecendo dispostos a continuar a conspirar contra a República, viriam, a ocupar a Escola Prática de Infantaria, em Mafra, declarando-se contra a intervenção na Guerra.

instauração da República em Portugal, considerando-a um exemplo bem sucedido de reconstrução social, de reforma política e de regeneração moral. Apoiante, porventura por estas razões, das decisões dos dirigentes republicanos, Young seguiu-os na posição que tomaram face à intervenção de Portugal na Grande Guerra. Por fim, Loraine, embora conservador e anti-republicano, revia-se na figura de Sidónio Pais e, com ele, na renovação da secular aliança luso-britânica mediante a participação de Portugal, ao lado da Grã-Bretanha, no conflito mundial.

Obras Citadas

BELL, Aubrey F.G., (Jan.-June 1917), "Portugal's Effort". *The Contemporary Review*, nº111, pp. 37-42.

BELL, Aubrey F.G., (1915), *Portugal of the Portuguese*. London: Isaac Pitman & Sons, Ltd..

BELL, Aubrey F.G., (Jan-June 1918), "The Third Portuguese Revolution". *The Contemporary Review*, nº113, pp. 200-201.

CANAVEIRA, Manuel Filipe e EVANS, David (coord.), (2010), *Regicídio e República. Olhares Britânicos e Norte-Americanos*. Casal de Cambra: Editora Caleidoscópico.

HARDINGE, Arthur, (1927), "Portugal". *A Diplomatist in Europe*. London: Jonathan Cape Ltd., pp. 222-249.

LORAINÉ, A.G., (1918), *Portugal and the Allies. A Message to Great Britain*. With a Foreword by E.M. Tenison and a Note on the Treaties between England and Portugal. London: Hazell, Watson & Viney, Ltd..

MENESES, Filipe Ribeiro de, (2004), *Portugal 1914-1926. From the First World War to Military Dictatorship*. Bristol: HiPLAM.

MENESES, Filipe Ribeiro de e OLIVEIRA, Pedro Aires de (coordenação de), (2011), *A 1ª República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-China.

RAMOS, Rui (coordenação), (2001), *A Segunda Fundação (1890-1920). História de Portugal*. Direcção de José Mattoso. Edição revista e actualizada. [Lisboa]: Editorial Estampa, vol. 6.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, (2003), *História de Portugal. A Primeira República (1910-1926)*. História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, vol. XI.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, (1996), *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.

TENISON, E.M., (1918), "Foreword" in A.G. Loraine, *Portugal and the Allies. A Message to Great Britain*. London: Hazell, Watson & Viney, Ltd., pp. 3-7.

TENISON, E.M., (compiled by), (1913), *Portuguese Political Prisoners. A British National Protest*. With Preface by the Earl of Lytton, Adeline Duchess of Bedford and Aubrey Herbert, M.P. Fifth and Enlarged Edition. London: L. Upcott Gill & Son, Ltd..

VINCENT-SMITH, John, (1971), *Anglo-Portuguese Relations, 1910-1916*. PhD thesis. London: University of London.

VINCENT-SMITH, John, (1975), *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*. Tradução de Maria Helena Fernandes. Lisboa: Livros Horizonte.

WHEELER, Douglas L. [s.d.] [1985], *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Tradução de J.O. M. e Cristina Correia. Mem Martins: Publicações Europa-América, (1ª edição em inglês: 1978).

YOUNG, George, (1917), *Portugal Old and Young. An Historical Study*. Oxford: Clarendon Press.